

URBIA CATARATAS JERICOACOARA S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2024

URBIA CATARATAS JERICOACOARA S.A.

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Urbia Cataratas Jericoacoara S.A.  
Jijoca de Jericoacoara - CE

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis, da Urbia Cataratas Jericoacoara S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 263 dias, findo em 31 de dezembro de 2024, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outros assuntos

Apresentação dos valores correspondentes

A Companhia foi constituída em 12 de abril de 2024, portanto não há saldos comparativos.

### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2025.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.  
CRC 2 CE-001465/F-4



Diego Cavalcante Bastos  
Contador CRC 1 SP 292913/O-9 - S - CE

# URBIA CATARATAS JERICOACOARA S.A.



## Balanço patrimonial Em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2024
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3	24.132
Adiantamento a terceiros	6	1.014
Tributos a recuperar	5	447
Estoques	4	38
Despesas antecipadas		64
Total do ativo circulante		25.695
Não circulante		
Intangível	7	74.045
Total do ativo não circulante		74.045
Total do ativo		99.740
Passivo		
Circulante		
Empréstimos e financiamentos	9	87.707
Obrigações Sociais a recolher	11	20
Fornecedores	8	1.181
Tributos a recolher	10	40
Partes relacionadas	12	1.068
Total do passivo circulante		90.016
Total do passivo		90.016
Patrimônio Líquido		
Capital Social	13	10.436
Prejuízos do período	13	(712)
Total do patrimônio líquido		9.724
Total do passivo e patrimônio líquido		99.740

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração do resultado

Exercício de 12 de abril de 2024 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2024  
(Em milhares de Reais)

		12/04/2024 a 31/12/2024
Custo das vendas	Nota 14	(58)
Resultado bruto		(58)
Receitas/(despesas) operacionais		
Despesas gerais e administrativas	14	(1.862)
Resultado operacional		(1.920)
Despesas financeiras	15	(130)
Receitas financeiras	15	1.338
Receitas financeiras, líquidas		1.208
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(712)
Imposto de Renda e Contribuição Social		-
Resultado Líquido do período		(712)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente

Exercício de 12 de abril de 2024 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2024  
(Em milhares de Reais)

---

	12/04/2024 a 31/12/2024
Prejuízos do exercício	<u>(712)</u>
Total dos resultados abrangentes do exercício	<u>(712)</u>

---

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

---



# URBIA CATARATAS JERICOACOARA S.A.



Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
Exercício de 12 de abril de 2024 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2024  
(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	-	-
Capital Social	10.436	-	10.436
Prejuízo líquido do período	-	(712)	(712)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>10.436</u>	<u>(712)</u>	<u>9.724</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa  
 Exercício de 12 de abril de 2024 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2024  
 (Em milhares de Reais)

	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(712)
Ajustes	
Juros sobre as debêntures	6.087
Amortização	6
	<u>5.381</u>
Variações nos ativos e passivos	
Estoques	(38)
Tributos a recuperar	(447)
Adiantamentos a Fornecedores	(1.014)
Despesa antecipada	(64)
Fornecedores	1.181
Tributos a Recolher	40
Obrigações sociais a recolher	20
Partes Relacionadas	1.068
Caixa proveniente das operações	<u>6.127</u>
Caixa Líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>6.127</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
Adição em ativos intangíveis	(74.051)
Caixa Líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(74.051)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Captação de Notas Comerciais	81.620
Aumento de capital	10.436
Caixa Líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	<u>92.056</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>24.132</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	24.132
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>24.132</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Período de 12 de abril de 2024 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2024  
(Em milhares de Reais)

---

## 1. Informações gerais

### Contexto operacional

A Urbia Cataratas Jericoacoara S.A. foi constituída em 12 de abril de 2024, suas operações consistirão na operacionalização de serviços turísticos no Parque Nacional de Jericoacoara referentes ao contrato de concessão nº 002/2024 do Ministério do Meio Ambiente e Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBio), conforme edital de concorrência nº 002/2023 com licitação realizada no dia 26 de janeiro de 2024. A expectativa de início da operação da mesma é março/2025.

A concessão está firmada no contrato de concessão descrito abaixo:

- Contrato de concessão Nº 002/2024 - Concede a prestação dos serviços de apoio a visitação, revitalização, modernização, operação e manutenção dos serviços turísticos no Parque Nacional de Jericoacoara, incluindo apoio à conservação, proteção e gestão do parque pelo período de 30 anos a contar do momento do início da operação, sendo sua data de assinatura em 11 de junho de 2024.

### Continuidade operacional

Dando início à estratégia original da companhia e ao processo de adequação do perfil e volume de endividamento, em maio de 2024 a Administração assinou o Termo de Emissão da 1ª (primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, no valor de R\$ 82.000 (oitenta e dois milhões de reais) (i) pagamento da outorga fixa devida pela Emitente no âmbito da Licitação nº 02/2023 e do Contrato de Concessão do Parque Nacional de Jericoacoara, na cidade de Jijoca de Jericoacoara, Estado do Ceará, a ser celebrado, após o pagamento da outorga, pela Emitente com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade ICMBio (a "Concessão" ou "Contrato de Concessão"); e (ii) realização de investimentos iniciais e pagamento de despesas iniciais, obrigatórios e eletivos, para a implementação da Concessão.

## 2. Resumo das políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 28 de fevereiro de 2025.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Período de 12 de abril de 2024 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2024  
(Em milhares de Reais)

---

### 2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros e ativos mantidos para venda, mensurados pelos seus valores justos e pelos seus valores justos menos despesas com vendas, de acordo com as normas aplicáveis, respectivamente.

### 2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico que a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação.

### 2.3. Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: (i) Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; (ii) Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; (iii) Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e (iv) É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado não circulante quando: (i) Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; (ii) Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; (iii) Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e (iv) A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Período de 12 de abril de 2024 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2024  
(Em milhares de Reais)

---

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

#### 2.4. Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) No mercado principal para o ativo ou passivo; (ii) Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Período de 12 de abril de 2024 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2024  
(Em milhares de Reais)

---

- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável;
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização no fim de cada período de divulgação.

#### 2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

#### 2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando estas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

##### Ativos financeiros

Os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado, dependendo de sua classificação.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para os custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Período de 12 de abril de 2024 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2024  
(Em milhares de Reais)

---

As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo, ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, equivalente ao IFRS 9.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados, pela Companhia, em duas categorias: (i) Ativos financeiros ao custo amortizado; (ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Período de 12 de abril de 2024 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2024  
(Em milhares de Reais)

---

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo.

Derivativos, inclusive derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos, nem contabilidade de "hedge".

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida ser classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) deixa de ser reconhecido quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram, ou (ii) a Companhia transferiram seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e houve a transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, ou não houve a transferência nem retenção substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, mas ocorreu a transferência do controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiram nem retiveram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiram o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Período de 12 de abril de 2024 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2024  
(Em milhares de Reais)

---

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

#### Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia e esperam receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

#### Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados, pela Companhia, em duas categorias: Passivos financeiros ao custo amortizado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Período de 12 de abril de 2024 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2024  
(Em milhares de Reais)

---

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação deixa de ser reconhecida no passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

#### 2.7. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, cujo valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado menos custos para concluir e vender.

Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização, esta é imediatamente reconhecida no resultado.

#### 2.8. Contratos de concessão de serviços - direito de exploração de infraestrutura

A infraestrutura não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura e para a prestação dos serviços públicos em nome da concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Período de 12 de abril de 2024 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2024  
(Em milhares de Reais)

---

## 2.9. Intangível

Os itens do intangível são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação/amortização e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração, incluindo custos de financiamentos para projetos em construção de longo prazo, caso os critérios para reconhecimento sejam atendidos.

A Companhia inclui no valor contábil de um item do intangível o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos.

Os intangíveis relacionadas as concessões são amortizados pelo prazo de cada contrato de licitação no período de 30 anos ou conforme vida útil do bem.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de amortização dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidos" na demonstração do resultado.

As melhorias e investimentos não reversíveis e não destinados a prestação de serviço de concessão, são registrados como ativos intangíveis, inclusive os custos de empréstimos captados pela Companhia para financiamento de obras e de longo prazo. Sua amortização é registrada no resultado do período.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do Contrato de Concessão e proporcionalmente à demanda operacional constatada e projetada em cada parque da Concessão.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Período de 12 de abril de 2024 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2024  
(Em milhares de Reais)

---

## 2.10. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) A Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

### Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões, quando houver, serão constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## 2.11. Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

## 2.12. Custo de empréstimos

Os saldos dos empréstimos são inicialmente reconhecidos pelos valores contratuais, no momento do recebimento dos recursos. Em seguida, os valores passam a ser amortizados conforme cronograma de pagamentos, em linha com as cláusulas previstas em seus respectivos contratos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Período de 12 de abril de 2024 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2024  
(Em milhares de Reais)

---

### 2.13. Receitas e despesas financeiras

Receita financeira compreende juros recebidos ou a receber sobre aplicações financeiras, atualizações monetárias. Receitas de juros são reconhecidas pelo período de competência a não ser que o recebimento seja duvidoso.

Despesas financeiras compreendem juros a pagar sobre empréstimos calculados com base na taxa de juros efetiva, perdas com ativos financeiros classificados como mantidos para negociação, perdas por redução ao valor de recuperação de ativos financeiros disponíveis para venda, assim como qualquer perda financeira. Todos os juros e custos incorridos relacionados a um empréstimo ou uma transação financeira são reconhecidos, conforme incorridos, como despesas financeiras, exceto quando capitalizados.

### 2.14. Tributação

As receitas financeiras estão sujeitas às seguintes contribuições, pelas alíquotas básicas a seguir:

Nome do tributo	Sigla	Alíquotas Lucro real
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	4%

### 2.15. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

- a) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis.

O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos:

- O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período;
- Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a *covenants*, tais *covenants* afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o *covenant* existir no final do período do relatório ou antes dele;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Período de 12 de abril de 2024 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2024  
(Em milhares de Reais)

---

- A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação;
- No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial.

Essas alterações não têm efeito sobre a mensuração de quaisquer itens nas demonstrações contábeis.

#### b) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 R2 Arrendamento

Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda.

Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 - que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback* (relocação).

Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e *leaseback*, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário.

Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis.

#### 2.15.1. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2024

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025; Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Período de 12 de abril de 2024 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2024  
(Em milhares de Reais)

- b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- c) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras. A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;
- d) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

### 3. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024
Banco conta movimento	7
Aplicações financeiras - Certificados de Depósitos Bancário (CDBs)	24.125
	<u>24.132</u>

As aplicações financeiras são pós-fixadas e correspondem a operações realizadas com instituições que atuam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, sem qualquer penalidade, sem prejuízo da receita reconhecida ou risco de variação significativa no seu valor, que são remuneradas entre 90% e 103% do CDI de mercado em 31 de dezembro de 2024

### 4. Estoques

	31/12/2024
Uso e consumo	38
	<u>38</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Período de 12 de abril de 2024 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2024  
(Em milhares de Reais)

---

A Companhia não possui estoques dados em garantia.

5. Tributos a recuperar

	<u>31/12/2024</u>
PIS e COFINS	27
ICMS	49
IRPJ e CSLL	371
	<u>447</u>

6. Adiantamento a terceiros

	<u>31/12/2024</u>
Adiantamento a terceiros	1.014
	<u>1.014</u>

Os valores correspondem a pagamentos antecipados para aquisição de serviços e materiais para as obras do parque.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Período de 12 de abril de 2024 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2024  
(Em milhares de Reais)

## 7. Intangível

Custo	Direito de concessão	Juros capitalizados	Software	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Obra	Computadores	Total
Em 31 de dezembro de 2023	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	63.980	6.087	63	207	37	3.532	145	74.051
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	63.980	6.087	63	207	37	3.532	145	74.051
Amortização								
Em 31 de dezembro de 2023	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortizações	-	-	(2)	(2)	-	-	(2)	(6)
Em 31 de dezembro de 2024	-	-	(2)	(2)	-	-	(2)	(6)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	63.980	6.087	61	205	37	3.532	143	74.045

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Período de 12 de abril de 2024 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2024  
(Em milhares de Reais)

---

Os valores registrados em concessão referem-se a direitos de exploração de infraestrutura e faz parte da concessão, cujos serviços operados pela Companhia são regulados pela concedente (setor público). Este valor compreende o custo de aquisição da outorga inicial bem como as contratações incluídas no processo de licitação.

A Companhia tem acesso para operar a infraestrutura da concessão para a prestação dos serviços públicos em nome da concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

Nesse contexto, a Companhia recebeu um ativo intangível - um direito de cobrar pelo uso do ativo do setor público que construir ou aperfeiçoar e em seguida operar e manter por um período específico de 30 anos.

#### 8. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores no valor de R\$ 1.181, sendo 24% deste valor referente a fornecedores de serviços e produtos decorrentes da operação usual, 76% referente a fornecedores de materiais/serviços correspondentes à obra. O fluxo de pagamento estimado é de 51% deste valor em 60 dias e 49% nos meses consecutivos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Período de 12 de abril de 2024 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2024  
(Em milhares de Reais)

## 9. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	2023	Adições / Aquisições (+)	Pagamento de principal (-)	Pagamento de juros (-)	Juros apropriados (+)	2024
Notas comerciais	-	82.000	-	-	5.853	87.853
(-) Custos de captação	-	(380)	-	-	234	(146)
	-	81.620	-	-	6.087	87.707

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Período de 12 de abril de 2024 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2024  
(Em milhares de Reais)

---

a) Informações sobre as notas comerciais escriturais

- Em 20 de maio de 2024 a Companhia procedeu com a 1ª emissão de notas comerciais escriturais, no valor de R\$ 82.000, com recebimento líquido dos recursos em junho de 2024. O Valor Nominal Unitário será atualizado monetariamente e incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI - Depósito Interfinanceiro de 1 (um) dia, "over extragrupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 ("Taxa DI"), acrescida de spread (sobretaxa) de 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração"). O pagamento das notas comerciais será efetuado em única data, sendo a parcela devida em 23 de maio de 2025. Com as garantias a seguir: (1) Garantia Fedejussória: cedida pela Cataratas do Iguaçu S.A. e Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A., proporcional às participações das acionistas; (2) Garantias Reais: Cessão fiduciária dos recebíveis associados ao contrato de concessão; (3) Alienação fiduciária da totalidade das ações emitidas pela Companhia;
- A Administração acompanha os requerimentos mensalmente, a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Não foram identificadas quebras nos termos contratuais em 31 de dezembro de 2024.

10. Tributos a recolher

	<u>31/12/2024</u>
IRRF a recolher	2
PIS e COFINS a recolher - retidos	7
ISSQN a recolher	31
	<u>40</u>
Circulante	40

11. Obrigações sociais a recolher

	<u>31/12/2024</u>
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a pagar	20
	<u>20</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Período de 12 de abril de 2024 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2024  
(Em milhares de Reais)

## 12. Partes relacionadas

Abaixo temos um quadro da composição das partes relacionadas e seus impactos:

	Cataratas do Iguaçu S/A	Construcap CCPS Engenharia e Comércio SA	Urbia Cataratas SA
Passivo (a)			
Adiantamentos	-	-	2
Fornecedores a pagar	-	9	1.057
Resultado (cb)			
Despesa	-	-	(1.057)

- (a) Passivo - Corresponde ao reembolso de valores referente à folha de pagamento, seguro rc e adiantamentos à fornecedores, pagos pela Urbia Cataratas SA e Construcap CCPS Engenharia e Comercio SA devido à implantação da operação e financeiro em Jericoacoara.  
(b) Valor se refere aos repasses de gastos de pessoal.

## 13. Patrimônio líquido

### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social integralizado é de R\$10.436 e está dividido em 10.436 (dez milhões, quatrocentos e trinta e seis mil) ações ordinárias, subscrito proporcionalmente à participação societária de cada acionista, o valor médio unitário atual é de R\$1,00 (um real) cada.

Em 21 de maio de 2024 foi aprovado através da ata de reunião do conselho de administração o aumento do capital social no montante de R\$34.686. Este aumento é subscrito proporcionalmente à participação societária de cada acionista, totalmente integralizado mediante depósito em conta corrente da Companhia, em dois momentos distintos: depósito em conta corrente no dia 10 de junho de 2024, no valor de R\$ 10.336 para atender à determinação de aporte integralizado mínimo de 30% (trinta por cento), estabelecida no Edital de Licitação da Concorrência nº 002/2023 (Processo Administrativo nº 02070.003311/2022-46) e seu respectivo Contrato de Concessão, ambos do ICMBio, e o restante correspondendo a R\$24.350, até 10/06/2029.

Acionistas	31 de dezembro de 2024			
	Quantidade de ações ordinárias	Preferenciais	Capital Social (R\$)	% de participação
Cataratas do Iguaçu S.A.	5.218	-	5.218	50,00%
Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A,	5.218	-	5.218	50,00%
<b>Total</b>	<b>10.436</b>	<b>-</b>	<b>10.436</b>	<b>100,00%</b>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Período de 12 de abril de 2024 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2024  
(Em milhares de Reais)

---

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em dezembro de 2024 a empresa apresentou prejuízo no exercício, não sendo constituído reserva.

c) Distribuição de dividendos

Conforme previsto em estatuto social, após a constituição da reserva legal, o lucro remanescente, ajustado pela constituição de reservas de contingências e respectiva reversão, se for o caso, será distribuído na seguinte ordem: (a) 30% será destinado ao pagamento de dividendo obrigatório; e, (b) caberá aos acionistas determinar a distribuição ou outra alocação do lucro líquido que exceder o dividendo mínimo obrigatório.

14. Custos e despesas por natureza

	31/12/2024
Gastos com pessoal	(1.093)
Produtos, materiais e utilidades	(48)
Amortização	(6)
Serviços contratados	(619)
Outros impostos e taxas	(5)
Viagens e estadias	(139)
Outros gastos	(10)
	<u>(1.920)</u>
Custo das vendas	(58)
Despesas gerais e administrativas	(1.862)
	<u>(1.920)</u>

15. Resultado financeiro, líquido

	31/12/2024
Receitas financeiras	
Rendimentos de aplicações financeiras	1.338
	<u>1.338</u>
Despesas financeiras	
Despesas bancárias	(47)
Imposto sobre operação financeira	(63)
Outras despesas financeiras	(20)
	<u>(130)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>1.208</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Período de 12 de abril de 2024 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2024  
(Em milhares de Reais)

## 16. Contingência

A Companhia é parte em ação judicial decorrente do curso normal de suas operações. Trata-se de ação civil pública onde o Município de Jicoca de Jericoacoara pretende a alteração nas regras de cobrança de ingresso previstas no Contrato de Concessão entre concessionária e ICMBio. A ação é considerada de perda "possível" pelos seus assessores legais e, portanto, não foi registrada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia em 2024.

Em R\$ mil

	31/12/2024
Processos possíveis	2
Cível	<u>2</u>

## 17. Instrumentos financeiros

Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo de forma que seja possível acessar diariamente;
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de preço baseado em dados não observáveis de mercado.

O quadro abaixo apresenta os valores contábeis e valores justos dos principais ativos e passivos financeiros da Companhia, em 31 de dezembro:

	Nível	Valor justo	
		31/12/2024	31/12/2024
Ativos			
Mensuradas ao valor justo			
Caixa e equivalentes de caixa	2	24.132	24.132
Mensurado ao custo amortizado			
Adiantamento a terceiros	2	1.014	1.014
Despesas antecipadas outros	2	64	64
		<u>25.210</u>	<u>25.210</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Período de 12 de abril de 2024 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2024  
(Em milhares de Reais)

	Nível	Valor justo	
		31/12/2024	31/12/2024
Passivos			
Mensuradas ao custo amortizado			
Debêntures	2	87.707	87.853
Fornecedores	2	1.181	1.181
		<u>88.888</u>	<u>89.034</u>

A Administração da Companhia entende que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas demonstrações contábeis pelos seus valores contábeis não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado.

## 18. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, cujas vigências encerram em 01/12/2025.

Os valores de cobertura de suas apólices vigentes em 31 de dezembro de 2024 são como segue:

Bens segurados	Cobertura	Montante da cobertura
Seguro Garantia	Construção, Fornecimento ou Prestação de Serviço	11.957
Responsabilidade civil	Reclamações de Terceiros	3.000

As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dadas a sua natureza e peculiaridade, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, dessa forma, não foram revisadas pelos auditores independentes.

## 19. Gestão de capital

Um dos principais índices para monitorar a estrutura de capital é o índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total das debêntures (incluindo circulante e não circulante, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

Dando sequência a estratégia original da companhia e o processo de adequação do perfil e volume de endividamento, conforme demonstrado na nota explicativa 1.

O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Período de 12 de abril de 2024 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2024  
(Em milhares de Reais)

---

	31/12/2024
Total das notas comerciais (Nota 9)	87.707
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	(24.132)
Dívida líquida (a)	63.575
Total do patrimônio líquido (b)	9.724
Total do capital (a) + (b)	73.299
Índice de endividamento líquido - %	86,73%